

Munhoz repudia acordo rígido com credores

BRASILIA — O Brasil não deve firmar nenhum acordo com os credores que implique pagamentos de juros como um compromisso rígido. O acordo deve depender do comportamento de algumas variáveis da economia mundial que se refletem sobre as finanças externas do País.

A opinião é do Professor de Economia da Universidade de Brasília, Décio Garcia Munhoz, para quem o Brasil não pode abrir mão — ao negociar com o Fundo Monetário Internacional e com os bancos — de condições que permitam um crescimento firme de sua economia.

Munhoz propõe que se as taxas de juros subirem a determinados limites, a tal ponto que o pagamento comprometa um crescimento entre seis por cento e sete por cento ao ano, deve haver uma cláusula que permita o financiamento dos juros acumulados.

O professor afirma que se o Brasil tivesse a certeza de que terá superávit comercial em torno de US\$ 15 bilhões por ano, a questão da dívida externa deixaria de ser um problema: rolaria o principal e pagaria os juros.

Assinala que a obtenção desse superávit nos próximos anos está condicionada a fatores que independem da política interna brasileira e do esforço do Governo para estimular as exportações e conter as importações. As taxas de juros internacionais, a capacidade de expansão da atividade econômica mundial e a

evolução dos preços internacionais são, na sua opinião, os três principais problemas que dificultam o acerto de compromissos rígidos com o FMI e os bancos. Ao apontar "essas três variáveis fundamentais", o Professor Décio Munhoz acrescentou que "seria assumir um risco de não cumprir seus compromissos a aceitação de cláusulas que fixem como rígido o pagamento dos juros", pois qualquer alteração de uma dessas variáveis afetará sensivelmente a capacidade do País de pagar esse juros.

Para ele, o Brasil deve evitar "discussões complexas" com o FMI e os bancos, "pois eles sabem, até mais do que as autoridades brasileiras, das condições adversas para o pagamento da dívida". Dentro desse raciocínio, ele é favorável a que o Brasil deve fixar com clareza os parâmetros que considera adequados e não assumir compromissos cujo cumprimento dependa das variáveis fora do seu alcance.

Para Décio Munhoz, questões como juros, o preço das mercadorias que o Brasil exporta e a situação da economia mundial são fatores que mantêm a permanente incerteza quanto à capacidade de o País continuar pagando os juros. Dessa forma, "toda a vez em que não pudermos pagar, esses juros terão de ser cobertos por novos empréstimos". Na contingência de o País não poder pagar integralmente os juros está implícito, segundo ele, o resguardo

das condições que permitam a continuidade do crescimento da economia.

Munhoz considera que o crescimento da economia é ponto inegociável, porque o Brasil não pode conviver mais com as altas taxas de desemprego e subemprego e com os problemas da distribuição de renda.

O Professor Munhoz assegurou que a fiscalização do FMI sobre a economia brasileira é simplesmente inaceitável, porque exige soluções impossíveis e que já provaram ser impraticáveis para as condições do País.

As posições ortodoxas do FMI já deram provas suficientes de que não resolvem os problemas econômicos dos países sob sua supervisão, segundo Décio Munhoz. Ele citou como exemplo o acordo firmado com o FMI pelo Governo Jânio Quadros, quando foi elaborado um programa que, ao invés de solucionar os problemas econômicos do País, o levou a uma situação caótica. Para ele, os programas do FMI podem funcionar em países isolados e com problemas econômicos conjunturais, mas jamais num país como o Brasil, com problemas estruturais, que não pode viver em recessão econômica.

Impor a recessão para que o País ajuste os desequilíbrios de suas finanças internas e externas é conduzi-lo a uma situação que gradativamente dificultará a solução desses mesmos problemas, na opinião de Décio Munhoz.

Reiterando que o problema brasileiro está muito mais ligado a fatores externos, o Professor Munhoz acentuou que o Brasil tem um potencial produtivo capaz de gerar riquezas suficientes para saldar seus compromissos.

— O difícil para um credor — garantiu — seria a situação em que o devedor não tivesse condições e produzir bens para exportação, o que não é o caso do Brasil.

O parque industrial brasileiro, apesar da retomada do crescimento nos últimos 12 meses, ainda está parcialmente ocioso e o potencial de produção agrícola longe de se esgotar. Por isso, segundo Munhoz, aceitar o programa recessivo do FMI é sacrificar a economia brasileira em sua única garantia aos credores: a capacidade de produzir para exportar.

Décio Munhoz vê com cautela a maxidesvalorização do dólar ante as moedas européias e ao iene, decidida em setembro. Na sua opinião, ninguém pode garantir, agora, se essa política, adotada pelas cinco maiores potências industriais, se refletirá positivamente sobre a balança comercial brasileira.

Assinalou que a maxidesvalorização do dólar melhorará a posição dos produtos brasileiros no mercado norte-americano somente quando competirem com produtos japoneses e alemães.